

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

A acção governativa na tutela dos Transportes e Obras Públicas tem seguido um caminho claro, desde a tomada de posse deste Governo, que implicou naturalmente escolhas e uma definição de prioridades, dada a complexidade inerente ao planeamento e gestão de um espaço urbano tão particular como o nosso.

Melhorar a qualidade de vida da população e qualificar a área urbana do nosso território são as grandes metas que têm orientado e continuarão a guiar as nossas decisões, que seguem agora as orientações traçadas naquele que é o primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento de Macau.

Estamos bem cientes das expectativas e necessidades da população, bem como das dificuldades e dos desafios que temos pela frente, mas que não nos demovem. Estamos de olhos postos no futuro e assumimos o compromisso de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para construir bases sólidas para o futuro, tendo em vista um desenvolvimento urbano mais sustentável.

É esse o nosso compromisso desde o início e é com essas metas em mente que esta equipa formada por cerca de 3400 trabalhadores tem dedicado diariamente todos os esforços ao longo dos últimos 23 meses. Decorridos quase dois anos, a forma de atingir os objectivos a que nos propusemos começa a produzir resultados e, porque este é um trabalho de equipa que exige determinação, renovo o meu agradecimento e deixo novamente aqui uma palavra de reconhecimento a todos pelo trabalho que têm vindo a desenvolver.

As cidades são – ou deveriam ser - feitas e pensadas por pessoas para as pessoas e, por isso, temos procurado intervir prioritariamente nas áreas que mais afectam a vida dos residentes.

Foi melhorada a cooperação interdepartamental, simplificaram-se procedimentos administrativos e foi reforçada a comunicação com esta Assembleia, os diferentes grupos sociais, a população e a comunicação social.

Dados os atrasos e suspensões que se registavam nas obras públicas quando iniciei funções, foi necessário adoptar medidas no sentido de resolver e ultrapassar os problemas existentes e de retomar o seu normal andamento, ao mesmo tempo que foi reforçada a fiscalização dessas mesmas obras.

Os resultados são visíveis. Percorrendo o território, apercebemo-nos da quantidade de obras em curso e do esforço feito na recuperação dos atrasos, para o que tem contribuído, além do empenho dos nossos Serviços, a colaboração das empresas de construção e de fiscalização. Pese embora o transtorno que muitas vezes estes trabalhos causam aos nossos residentes no dia-a-dia, eles são imprescindíveis e procuramos geri-los de forma a minimizar o seu impacto, mas é necessário também ter em conta as limitações físicas do território.

Dadas essas mesmas limitações, é compreensível que o trânsito seja hoje uma das principais preocupações da população e, naturalmente, do Governo.

Sabemos que uma cidade competitiva necessita de transportes modernos, de opções de mobilidade flexíveis que promovam a alternância modal. As famílias precisam de meios de transporte que lhes possibilitem chegar a horas à escola e ao emprego e com uma certa comodidade e as pessoas com mobilidade condicionada necessitam de opções de deslocação que sirvam as suas necessidades.

Por estas razões, temos promovido a política de primazia dos transportes públicos através da implementação de diversas medidas. Temos ajustado as carreiras e respectivos horários, bem como a localização das paragens; criámos um primeiro corredor exclusivo para os autocarros entre a Barra e a Doca de Lam Mau; concluímos os trabalhos de revisão do contrato de serviço público das operadoras, estando todas a operar actualmente ao abrigo de contratos de concessão e a frequência diária dos *shuttle bus* foi reduzida.

Este ano também entraram em funcionamento mais 200 táxis e foram concluídos os trabalhos de concurso público para a atribuição de outras 250 licenças, bem como de 100 licenças de rádio-táxis.

As alterações climáticas não são uma questão de passado nem apenas de futuro, mas sobretudo do presente. Vivemos um momento de viragem para todo o planeta. O Acordo de Paris, que entrou recentemente em vigor, veio estabelecer metas ambiciosas, com as quais todos nos devemos comprometer e Macau não é excepção. São, por isso, necessárias medidas mais exigentes para reduzir os gases com efeito de estufa.

Traçámos, assim, o objectivo, definido no Plano Quinquenal, de limitar até 3,5% o aumento anual de veículos. E para uma utilização mais racional do transporte individual, bem como para a melhoria do trânsito e a protecção ambiental, continuámos a implementar os novos modelos de tarifário de estacionamento, a introduzir tarifas variáveis de acordo com o horário de utilização e a alargar e otimizar a rede pedonal, tendo ainda entrado recentemente em funcionamento um novo centro de inspecção de veículos automóveis.

Impulsionou-se, por outro lado, a construção da Linha da Taipa do Metro Ligeiro, que será não só um novo meio de transporte ao dispor da população, mas que garante ainda zero emissões de gases poluentes. As obras de engenharia civil do viaduto e das 11 estações estarão basicamente concluídas até ao final deste ano, no entanto, é necessário terminar o Parque de Materiais e Oficina para que o Metro possa começar a circular. Para tal, estamos hoje no bom caminho, com o acordo alcançado com o empreiteiro e a alteração do projecto. Esperamos, assim, como já foi anunciado anteriormente, que o Metro comece a funcionar na Taipa em 2019.

As obras do Terminal Marítimo da Taipa também foram retomadas e concluídas e a infraestrutura será inaugurada em breve.

A expansão do Aeroporto Internacional, que aumentará a capacidade e condições de recepção de passageiros, terá em consideração a articulação com os transportes terrestres e marítimos para maior conveniência do público.

E para estimular a utilização de veículos eléctricos, vamos concluir, até ao final do ano, a instalação de 60 pontos de carregamento em parques de estacionamento públicos.

Retomámos entretanto o projecto de cooperação com a província de Guangdong relativo à transferência inter-regional de veículos abatidos e de materiais inertes resultantes de demolições e construções de Macau, estando a ser criadas as condições necessárias para a sua operacionalização.

No que respeita à habitação, que é outra das áreas que mais preocupa a população, foram concluídos os edifícios de habitação económica Cheng I e de habitação social Iat Seng, na Taipa, tendo já sido iniciado o processo de entrega das casas, e terminámos também a construção do centro de actividades comunitárias em Seac Pai Van.

Os problemas existentes nas empreitadas da habitação social de Mong-Há e da Tamagnini Barbosa foram resolvidos, pelo que estão a decorrer os trabalhos preparatórios para o relançamento das obras.

Até ao final do ano, estará concluído o relatório preliminar de um estudo sobre as necessidades da população ao nível da habitação pública, de modo a ser definida uma política a longo prazo que seja ajustada a essas mesmas necessidades.

Quanto a outras empreitadas, está em curso a construção de seis edifícios do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, bem como a segunda fase das obras do novo estabelecimento prisional.

Dada a escassez de terrenos e a sua importância para o desenvolvimento da cidade, criámos, em cumprimento da legislação em vigor, um mecanismo para tratamento dos casos de terrenos concedidos por arrendamento que não tenham sido aproveitados no prazo contratualmente estipulado e das concessões provisórias que não passaram a definitivas no prazo legal. Este mecanismo está em funcionamento, desencadeando-se os procedimentos conducentes à declaração da caducidade, imediatamente após o prazo de 25 anos.

Ao nível do planeamento, uma vez que estão concluídos os estudos relativos à estratégia para o desenvolvimento urbano, ouviremos, ainda este ano, o Conselho do Planeamento Urbanístico sobre esta matéria, dando posteriormente início ao processo para a obtenção de propostas para a elaboração do Plano Director.

Retomámos também os trabalhos para a reabilitação de áreas da cidade que carecem deste tipo de intervenção com a criação do Conselho para a Renovação Urbana, em Março, tendo reunido seis vezes e sido constituídos três grupos especializados, que estão já a analisar estratégias, a legislação, questões tributárias e outras relativas à conservação de edifícios.

No âmbito do Conselho do Planeamento Urbanístico, será concluída, até ao final do ano, a discussão dos pedidos submetidos em 2014 e 2015, pelo que os trabalhos passarão a estar praticamente em dia.

No campo das telecomunicações, foi alcançado um acordo com a concessionária no que se refere à melhoria da relação qualidade/preço dos serviços, à separação dos activos da concessão e das contas da empresa, e aos serviços 4G, que entraram este ano em pleno funcionamento.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Temos cumprido os objectivos a que nos propusémos, mas sabemos que ainda há muito a fazer. Depois de resolvida a maioria dos problemas que estavam pendentes nesta tutela e de habilitarmos os nossos serviços para trabalharem de forma mais eficiente, é agora tempo de olhar para o futuro e para a cidade de uma forma mais global, procurando articular melhor as políticas de transportes, de habitação pública, do ambiente, de ordenamento do território e de reabilitação do edificado.

Esperamos poder acelerar as obras dos Novos Aterros, designadamente da Zona A, depois de resolvida a questão do fornecimento de areia em cooperação com o Governo da província de Guangdong, bem como iniciar os trabalhos relativos à Zona Administrativa e Judiciária e o projecto da quarta ligação Macau-Taipa.

Com o objectivo de definir estratégias para a requalificação e reabilitação de zonas da cidade que carecem deste tipo de intervenção, esperamos que os três grupos de trabalho especializados que foram criados no seio do Conselho para a Renovação Urbana possam, com a brevidade possível, vir a produzir resultados para acelerar os trabalhos neste âmbito.

A Linha de Macau do Metro Ligeiro é um projecto com o qual o Governo se comprometeu e que irá ser concretizado, no entanto, temos outras prioridades. Com vista a preparar a gestão e exploração do Metro Ligeiro quando este entrar em funcionamento, em 2019, vamos, no próximo ano, extinguir o Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes e criar, em sua substituição, uma empresa de capitais públicos, que será a concessionária do respectivo serviço público.

Também em 2017, o projecto da Linha de Seac Pai Van vai começar a ser elaborado, e o projecto da Estação da Barra, que fará a ligação entre a Linha da Taipa e Macau, será reformulado.

Para expandir a oferta dos serviços de táxis, começarão a circular 250 novos táxis e, pelo menos, 50 rádio-táxis para responder melhor à procura que se regista.

Tendo em conta que os contratos com as três companhias de autocarros terminam entre 2017 e 2018, vamos analisar o futuro modelo de exploração deste serviço e tomar uma decisão relativamente a estas concessões, tendo em vista a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Tendo subjacente o princípio de que a habitação social tem um papel primordial e a económica um papel secundário, será concluído o estudo relativo às necessidades da população para melhor planear as acções futuras, e será tomada uma decisão relativamente ao novo tipo de habitação pública.

No próximo ano, terminaremos as obras de quatro edifícios de habitação económica com mais de 3400 fracções e lançaremos o concurso para a adjudicação da obra da habitação social da Tamagnini Barbosa.

Iniciaremos, também em 2017, os estudos referentes ao aproveitamento para habitação pública dos terrenos na Avenida Wai Long, na Taipa, e na Avenida Venceslau de Moraes, em Macau.

No âmbito do planeamento da gestão de resíduos sólidos e líquidos, estarão concluídos, em 2017, os relatórios preliminares, e continuaremos a realizar acções de sensibilização com o fim de limitar o consumo de recursos e o desperdício e promover a reciclagem.

Serão também implementadas novas normas mais restritivas relativamente às emissões de gases de escape poluentes dos veículos, será reduzido o prazo da inspecção periódica obrigatória e continuaremos a promover o uso dos veículos eléctricos.

Procuraremos também acelerar outras obras públicas, indo ao encontro das necessidades do desenvolvimento urbano e da melhoria da qualidade de vida da população, designadamente o posto fronteiriço da ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, o novo acesso entre Macau e Guangdong, o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, as novas instalações do Fórum Macau, o novo Estabelecimento Prisional e o Centro de Formação e Estágio de Atletas.

Estamos ainda empenhados em potenciar o desenvolvimento do sector das telecomunicações através de políticas que tenham como preocupação máxima os direitos e as necessidades dos utilizadores e que permitam o desenvolvimento de serviços marcados pela qualidade. Continuaremos comprometidos com esse objectivo.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Deparamo-nos com desafios e metas que exigem um grande envolvimento e um forte compromisso do Governo, mas também dos sectores empresariais e da sociedade civil. Só neste contexto de parceria é que se conseguirão ultrapassar os desafios que se nos colocam e garantir um futuro mais sustentável para a nossa Região.

É necessária resiliência e encontrar sobretudo soluções sustentáveis para a nossa cidade, porque a experiência ensina-nos que devemos ambicionar não apenas a resolução imediata dos problemas, mas sobretudo perspectivar soluções duradouras.

A Obra está a crescer, fruto da nossa visão, do nosso esforço e da nossa determinação em querer garantir às futuras gerações uma cidade onde se goste de viver e que os turistas queiram voltar a visitar.

Muito obrigado.